



PROFUNDAR A CRISE

OLHARES MULTIDISCIPLINARES

Alexandre Sá

Ana Teresa Peixinho

Carlos Camponez

ORGANIZAÇÃO

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
2012

JORNALISMO: O FRACASSO DE UM CONTRAPODER ENTRE PODERES

O jornalista, investigador e escritor espanhol, Manuel Vázquez Montalban, num importante relatório sobre a informação em Espanha, afirmava que o poder dos jornalistas é a triste história da virgem que acabou no prostíbulo (Montalban, 2008: 229).

Face à evolução que os *media* e o jornalismo sofreram, de forma particular nas últimas décadas, e as consequências que isso poderá ter no espaço público contemporâneo, consideramos que as palavras de Manuel Vázquez Montalban não devem ser entendidas como uma mera provocação.

No presente artigo, propomo-nos debater algumas questões que se relacionam com a crise socioprofissional dos jornalistas e perceber que autonomia podem eles reivindicar face à transformação das áreas do saber, da informação e do conhecimento no quadro das transformações dos denominados *Capitalismo Intangível*, *Cognitivo* ou *Novo Capitalismo*¹⁰⁶, para recuperar conceitos de autores

¹⁰⁶ A leitura acerca das transformações operadas pela sociedade da informação está longe de se aproximar de um consenso, nomeadamente quanto à questão de se saber se os novos conceitos reflectem novas realidades ou se essas realidades não são mais do que a expressão de mudanças de superfície, que resultam da própria capacidade da estrutura profunda do capitalismo se adaptar às novas situações, mantendo a sua natureza intrínseca. Este é um tema recorrente no livro de Kumar, *Da Sociedade Pós-Industrial à Sociedade Pós-Moderna*, onde o autor admite que as novas tecnologias e, em particular, os *media* são instrumentos de criação de novas formas de sociabilidade, embora considere que isso não nos pode levar, com inteira segurança, a falar de uma sociedade de informação com a mesma propriedade com que falamos da Revolução Industrial. Por isso, alguns autores preferem expressões como novo capitalismo, capitalismo cognitivo, capitalismo intangível, que vincam a permanência de uma mesma estrutura económica e social, do que termos como sociedade da informação ou sociedade pós-moderna, que tendem a encobrir a sua natureza e os seus fundamentos capitalistas (K. KUMAR, 1997: 172). Na mesma linha de pensamento, e numa crítica às teses de Manuel Castells, Nicholas Garnham questiona se as transformações da denominada sociedade da informação são suficientemente novas para justificarem a afirmação de que entrámos numa nova era: a era do capitalismo informacional, da sociedade em rede ou da informação (GARNHAM, 2000: 57).

como André Gorz, Jeremy Rifkin e Richard Sennett, cujas reflexões seguiremos neste artigo de uma forma particular.

Procuraremos, assim, refletir sobre algumas transformações contemporâneas da profissão e defenderemos que, contrariamente ao que faziam prever as próprias teorias sobre a sociedade da informação, os jornalistas e os profissionais da comunicação não escapam ao processo de desprofissionalização verificado em outros domínios.

1. Da «Jaula de Ferro» à perda da autorrealização dos sujeitos

Para Jeremy Rifkin, o capitalismo contemporâneo caracteriza-se pela redução do carácter físico da sua economia. Se a «era industrial» do Capitalismo estava marcada pela acumulação de capital e pela detenção da propriedade física, na «nova era» valorizam-se as formas intangíveis de poder (Rifkin, 2002: 137).

O capitalismo imaterial procura o controlo da dimensão simbólica, cujo alcance já não se limita aos aspetos económicos e comerciais, mas estende-se também à política e à cultura (Gorz, 2003: 62). Na perspectiva de César Bolaño, ao penetrar as áreas da cultura, o capital transforma-se, ele próprio, em cultura, no sentido mais amplo do termo, e a forma de mercadoria passa a monopolizar o conjunto das relações sociais, inclusive as mais interiores do mundo da vida e também as mais resistentes à extensão e à apropriação pela lógica capitalista (Bolaño, 2001: 81).

De acordo com Richard Sennett, o novo capitalismo alterou substancialmente as estruturas em que assentava o *capitalismo social* dos finais do séc. XIX. O conceito de capitalismo social relaciona-se com a noção de racionalização da vida institucional e da sociedade civil, inspiradas originalmente no modelo militar, e que foi levado a cabo na Alemanha por Otto von Bismarck. Max Weber vira neste processo de racionalização da sociedade a criação de uma «jaula de ferro», onde o sujeito estaria completamente despojado de si, face ao poder da burocratização das sociedades modernas. No entanto, segundo Sennett, os objetivos de Bismarck eram os de fundar um capitalismo capaz de garantir a paz social. Deste modo, esse capitalismo social permitiu conter a parte selvagem do «capitalismo “primitivo”» e, por isso mesmo, também estancar os ingredientes revolucionários que estavam na sua própria natureza (Sennett, 2006: 23-24).

É certo que a burocracia impôs a funcionalização dos sujeitos, em detrimento do reconhecimento da especificidade de cada uma das suas histórias de vida, de modo a assegurar a autoconservação do sistema e a estabilidade institucional (Sennett, 2006: 34). No entanto, apesar da rigidez deste modelo militar hierarquizado, ele permitiu também a racionalização do tempo, não apenas ao nível institucional através da adoção do pensamento estratégico, como também ao nível das carreiras individuais e mecanismos de auto-compreensão dos sujeitos no interior da sociedade. Em função disso, muitos trabalhadores puderam planificar, pela primeira vez, não obstante as contingências de percurso, a compra da sua casa e ter algum controlo sobre o seu plano de realização individual (Sennett, 2006: 26). Por isso, Sennett considera que Weber exagerou na sua visão acerca da sociedade burocratizada, encerrada na jaula de ferro, não percebendo que mesmo as estruturas rígidas e burocráticas como as militares dão um espaço amplo de poder de interpretação das decisões superiores: «todos obedecem, mas todos interpretam» pelo que a ideia da «militarização da sociedade», não pode ser vista como um processo rígido de transformação dos indivíduos numa massa cega, subordinada e obediente de trabalhadores (Sennett, 2006: 34).

Esta perspetiva serve de base de partida a uma interrogação que nos interpela sobre se as liberdades subjacentes às propostas de flexibilidade e de mudança preconizadas pelo *novo capitalismo* serão uma verdadeira alternativa às ameaças da «jaula de ferro» sob o mundo do trabalho.

As mudanças operadas pelo *novo capitalismo* iniciaram-se no início dos anos 70 e são, numa abordagem sintética, consequências das novas exigências do denominado capital impaciente, resultante da ordem económica que emergiu do fim dos acordos de Bretton Woods. Pelo efeito combinado dos investimentos disponíveis e a exigência de lucros rápidos, a nova ordem económica mundial que daí emergiu, provocou mudanças aceleradas nas instituições, obrigando-as a ajustarem-se às formas organizativas mais flexíveis e menos estáveis, consideradas mais atrativas à reprodução dos investimentos e às exigências dos novos acionistas (Sennett, 2006: 39-40). Estas mudanças foram ainda potenciadas pelo desenvolvimento das tecnologias da comunicação que permitiram um maior acesso à informação, uma maior rapidez nas tomadas de decisão, bem como uma nova centralização do poder interior das organizações (Sennett, 2006: 42).

Os processos de reengenharia¹⁰⁷ – associados à flexibilidade, ao aumento da concorrência no interior das empresas –, bem como a precarização do trabalho, a diminuição dos níveis hierárquicos e a desvinculação das responsabilidades sociais das organizações relativamente aos trabalhadores afetaram o prestígio moral da atividade laboral. Deste modo, alteraram-se igualmente elementos chave de uma certa ética do trabalho, assente numa possibilidade de reconhecimento das capacidades dos trabalhadores, na sua experiência e comprometendo a hipótese de os indivíduos planificarem e investirem nas suas carreiras profissionais.

A ética do trabalho é um elemento que permite a Sennett distinguir dois modelos de trabalhador: o artesão e o trabalhador flexível do *novo capitalismo*. O primeiro rege-se pelo princípio de «fazer algo bem pelo simples facto de o fazer bem», pelo aperfeiçoamento, e é incompatível com instituições que pretendem que se faça muitas coisas diferentes e rapidamente. Já o segundo obedece a um perfil de trabalho a curto prazo, com tarefas em mudança constante onde não há lugar nem tempo para o exercício apurado das suas funções e do seu saber. Sennett dá como exemplo a investigação realizada por ele junto de um grupo de programadores informáticos que lamentavam o facto de estarem numa grande empresa de *software* que tinha como política distribuir material imperfeito ao público, que ia sendo corrigido em função das queixas e reclamações dos consumidores (Sennett, 2006: 92 a 94). Ora, flexibilidade e a superficialidade do trabalho impossibilitam a construção por parte dos sujeitos da sua própria narrativa enquanto autorrealização (Sennett, 2000: 30).

Neste sentido, pode-se dizer-se que as promessas efetuadas pelo *novo capitalismo* em relação às esperanças libertadoras contidas no virar de página da era da «jaula de ferro» limitaram-se a diminuir a componente social, mantendo incólume o essencial da natureza própria do capitalismo, mas agora desvalorizando a dimensão moral do trabalho e retomando o espectro dos trabalhadores *qualificados* de reserva. De alguma forma, poder-nos-íamos questionar se o

¹⁰⁷ A reengenharia, tal como a definem Michael Hammer e James Champy, é o “repensar fundamental e a redefinição radical dos processos empresariais que visa alcançar medidas drásticas nos indicadores de desempenho críticos e contemporâneos, tais como custos, qualidade, nível de serviço e rapidez” (Hammer e Champy, s.d., p. 44.).

fim deste capitalismo social não representa uma certa revisitação do capitalismo primitivo, a que se referia atrás Richard Sennett.

Com efeito, como demonstra Jeremy Rifkin, enquanto a primeira onda da automatização afetou os trabalhadores de colarinho azul, a revolução das novas tecnologias, associada ao conceito, incidiu sobre os colarinhos brancos, a classe média, os executivos de idade mais avançada e muitos trabalhadores assalariados com formação universitária (Rifkin, 1996: 236 e 238). A simples existência de um grande número de trabalhadores com emprego temporário, subcontratados, ou mesmo no desemprego permite a redução dos níveis salariais dos restantes empregados.

Para além disso, o alargamento deste fenómeno transformou numa mera ilusão o pressuposto ético de investimento no trabalho e na construção de uma carreira como condição base dos sujeitos poderem aceder a uma vida melhor (Rifkin, 1996: 236).

Sennett, por seu lado, considera que este processo de flexibilização colocou os trabalhadores perante a ameaça da inutilidade, provenientes essencialmente da globalização da oferta de trabalho, da automatização e da denominada gestão do envelhecimento (Sennett, 2006: 78).

Porém, as conceções sobre o *novo capitalismo* tendem a considerar que as profissões do intangível são aquelas que melhor se vão adaptando e resistindo à depredação do valor de trabalho. Entre essas profissões encontramos as ligadas aos setores intangíveis da informação e do conhecimento (Rifkin, 1996: 242; Sennett, 2006: 43), no domínio do denominado *capital cognitivo* (Gorz, 2003: 56). Apesar de estarmos perante conceitos com implicações vastas, queríamos salientar que não nos parece possível incluir nesse setor da informação e do conhecimento os jornalistas, uma vez que, como demonstraremos de seguida, o jornalismo não escapa aos fatores perturbadores da ética do trabalho trazidos pelo *novo capitalismo*.

2. Os efeitos do *Novo Capitalismo* no Jornalismo

O mais recente estudo de David Weaver (*et al.*) sobre os jornalistas norte-americanos identifica a emergência de cinco perigos que ameaçam a autonomia

do jornalismo. Curiosamente desses cinco, quatro têm a ver diretamente com as questões postas em marcha pelo capitalismo cognitivo e pelas novas tecnologias:

1. A crescente comercialização das notícias;
2. As elevadas expectativas de lucro por parte das companhias de *media*;
3. A erosão da parede entre as redações e o negócio das organizações dos *media*;
4. Os escândalos;
5. As novas tecnologias dos *media* (WEAVER *et al.*, 2007: 71-73).

Com efeito, as transformações verificadas no contexto do *Novo Capitalismo* estão já bem patentes no jornalismo e refletem-se em fenómenos que passaremos a analisar de seguida, como a racionalização a juvenelização, a perda de memória, a deslocalização das redações, bem como a *hiperconcorrência*, a desprofissionalização e a precariedade.

2.1. Racionalização

Os efeitos da racionalização impostos pelo *novo capitalismo* iniciam-se nos anos 70, com a informatização, embora só venha a sentir-se nas salas de redação na década seguinte, a exemplo do que aconteceu também com o interesse do «capital impaciente», em busca de investimentos de elevada rentabilidade, nas empresas de comunicação, norte-americanas. Como sublinha Ramón Zallo, a informatização das redações faz parte de um processo mais vasto que tornou o jornalista mais especializado, sem com isso estarmos perante uma efetiva melhoria da sua qualificação (Zallo, 2002: 90). Muito pelo contrário. Os jornalistas estão confrontados com uma maior concentração das capacidades de decisão nas funções de direção, chefias de secção e de redação (Zallo, 1988: 117), reduzindo a sua autonomia, mas também com exigências de maior produtividade de conteúdos, uma estrita organização temporal do trabalho, uma maior especialização e uma abundância de informação institucionalizada, relegando para um segundo plano o papel atribuído aos repórteres. De uma forma geral, a racionalização das empresas de comunicação, gerou novas pressões sobre a liberdade de criação do trabalho intelectual e aspetos relacionados com

os direitos de autor ou a cláusula de consciência dos jornalistas, favorecendo a comercialização dos conteúdos (Zallo, 2002: 89-90).

2.2. *Hiperconcorrência* e «jornalismo de comunicação»

Como referem os investigadores canadianos Jean Charron e Jean Bonville o aumento da concorrência no setor dos *media*, associado às novas condições tecnológicas existentes na produção e receção de mensagens, conduziu a um jornalismo de *hiperconcorrência*¹⁰⁸, em que a competição, no campo jornalístico, deixou de se fazer apenas no plano das empresas – como acontecia desde o fim do séc. XIX – para se alargar ao próprio campo profissional de produção de mensagens. Para Philip Meyer, face à quantidade de mensagens disponíveis, o problema agora é o de manter a atenção do público, recorrendo quer à segmentação e especialização dos temas, quer à confusão de géneros e à acentuação das funções expressivas e fácticas no discurso dos *media* (Meyer, 2007; 19 e 242-243).

Este contexto promove uma amálgama cada vez maior entre informação, entretenimento e publicidade e contribui para a diluição do muro existente entre o setor da redação e o da publicidade¹⁰⁹. São disso expressão o aparecimento de géneros híbridos como a publirreportagem, o infoentertainment e outros conteúdos redacionais subjugados a objetivos estritamente comerciais.

2.3. Desprofissionalização

Como salienta Sara Meireles, perante este «jornalismo de reclame», os jornalistas enfrentam o esbatimento das fronteiras profissionais entre, por um lado, «um mediador de estatuto menorizado, que as empresas exigem sobretudo polivalente e

¹⁰⁸ Segundo a definição dos autores, «hiperconcorrência designa o jogo concorrencial muito particular que caracteriza os sectores assentes nas tecnologias da informação, particularmente os da informática e o das telecomunicações, e que têm de comum fundar a sua estratégia no crescimento e na inovação» (Charron e Bonville: 2004; 292-293).

¹⁰⁹ Um dos casos conhecidos é a experiência levada a cabo pelo *Los Angeles Times*, cuja administração se propôs utilizar uma «bazuca para destruir o tradicional muro entre a secção de publicidade e a redação» (*Apud* Mesquita, 1998: 66-67).

maleável aos seus objetivos comerciais» e, por outro lado, um operário técnico, mais próximo da execução do que da criação (Meireles, 2005; 1225 e 1228).

Este aspeto parece-nos bem patente na mitificação promovida pelo próprio jornalismo em torno da ideia do jornalista cidadão. O jornalismo praticado “por todos”, tal como no-lo apresenta Dan Gillmor (2005), é de facto a expressão última da desprofissionalização e o relegar do jornalismo para o papel de mero provedor ou sinalizador de conteúdos disponíveis. Estes desenvolvimentos não deixam de dar razão a autores como Martínez Albertos quando prognostica que o jornalismo, tal como ainda hoje o vamos pensando, se extinguirá por volta do ano 2020, quando ele não for mais do que um serviço de fornecimento de conteúdos (Albertos, 1977: 56).

2.4. «Juvenelização» e perda de memória

O denominado rejuvenescimento ou «juvenilização»¹¹⁰ da classe dos jornalistas¹¹¹ é outro dos sintomas da crise no jornalismo que deve ser pensado muito para além de uma luta de gerações pelo emprego. Jornalistas mais idosos, normalmente com remunerações mais elevadas, são tradicionalmente aqueles que oferecem mais resistência às ordens superiores e à racionalização das redações. Estes dois factos tornam-nos num dos alvos principais da gestão empresarial sempre que objetivos de ordem financeira ou comercial impõem medidas de reestruturação das redações (Charron e Bonville, 2004: 304). A evolução da profissão dos jornalistas, em Portugal, verificada nos primeiros anos do séc. XXI, ficou marcada por tentativas de reduzir as redações e torná-las mais baratas, através de despedimentos e rescisões de jornalistas mais antigos e experientes e o recurso ao trabalho de outros mais jovens ou até de estagiários (Fidalgo, 2008: 111). A nossa preocupação com a juvenilização das redações não tem a ver com um conflito de

¹¹⁰ Para José Luís Garcia o movimento de rejuvenescimento é também acompanhado por uma diminuição geral da antiguidade dos jornalistas na profissão, podendo falar-se, nessa aceção, em «juvenilização» (GARCIA, 1994: 69).

¹¹¹ Sobre o caso português veja-se GARCIA, 2009; GARCIA, 1994; GARCIA e CASTRO, 1994; Meireles, 2007, (nomeadamente Anexos); SILVA, «Jornalistas portugueses: elementos sociográficos», *in* URL: http://bocc.ubi.pt/pag/silva-pedro-alcantara-jornalistas-portugueses.html#_ftn1 (30/08/2011).

gerações, mas antes com a perda de uma certa memória necessária para garantir a *mise en perspective*, essencial para assegurar a qualidade da informação.

2.5. Deslocalização

Tradicionalmente, a comunicação é considerada uma das áreas onde a globalização exige, como contraponto, uma forte componente de contextualização da informação, através de mediadores capazes de traduzirem a diversidade de mensagens que circulam no mundo inteiro para os ambientes culturais onde se inserem (Wolton, 1999: 245). Se nos ativermos às palavras de Dominique Wolton, em termos comunicativos, a deslocalização das redações é um contrasenso. No entanto, esta perspectiva esquece que a globalização é, ela própria, geradora de informação e de cultura global, bem como de processos de produção correspondentes, razão pela qual já assistimos a centros produtores de notícias a deslocalizarem os seus serviços para várias regiões da Ásia, com mão de obra e “cérebros” mais baratos, como aconteceu já com serviços da *Reuters*, do *Chicago Tribune*, do *Columbus Dispatch* e da *BBC World*.

2.6. Precariedade

A concentração das empresas é considerada, indiretamente, como uma ameaça à liberdade de emprego (Correia, 2006: 39). Com efeito, a concentração dos *media* em poucos proprietários diminui as possibilidades de mobilidade e de emprego. Segundo o Sindicato dos Jornalistas portugueses, os grupos de *media* funcionam como «verdadeiros cartéis de mão de obra jornalística, empregando a maior parte dos profissionais e ditando as regras do seu futuro profissional» e detêm «condições objetivas para limitar e condicionar a liberdade de expressão e a liberdade de emprego» (SINDICATO DOS JORNALISTAS, 2003). Estas posições são reiteradas por jornalistas para quem a concentração pode fomentar a «acomodação e a subserviência», uma vez que um jornalista que se incompatibilize com um órgão de informação pode ver «fecharem-se-lhe as portas de parte significativa das empresas do setor» (Fidalgo, 2008: 116 e 117).

No caso português, entre 2000 e 2005, 350 jornalistas foram levados a rescindir os contratos de trabalho durante processos de reestruturação, realizados nas suas empresas. Mas só nos anos de 2009 e 2010 o número de novos pedidos de subsídio de desemprego entrados na Caixa de Providência e Abono de Família dos Jornalistas foi de 254, 78 por cento dos quais de trabalhadores provenientes de um dos grandes grupos de comunicação social portugueses (Informação Sindical, 2011: 1 a 3).

A precarização do emprego está muito bem patente na alteração que se verificou no estatuto do jornalista *freelance*. No passado, o *freelance* era a imagem mais aproximada da autonomia e do exercício independente da profissão, tal como os médicos, os advogados e os engenheiros. Geralmente, eram profissionais com uma importante experiência e reconhecimento profissional, facto que lhes permitia o exercício da profissão em outras condições, quer do ponto e vista remuneratório quer ainda do reconhecimento do seu estatuto profissional. Por isso mesmo, o estatuto de *freelance* estava reservado a um número relativamente reduzido de jornalistas. Hoje a maior parte destes profissionais são denominados de «falsos» *freelance* ou *freelance* «forçados», prestando as suas tarefas em condições em tudo idênticas às dos outros jornalistas assalariados. Um estudo efetuado em 2003 mostrou que o *freelance* representava cerca de 20 por cento dos jornalistas da União Europeia e que a taxa de crescimento entre 1995 e 2003 foi, na generalidade, bastante mais elevada que a dos jornalistas assalariados. No caso específico da Alemanha, o crescimento do número de jornalistas *freelance* foi superior ao dos trabalhadores independentes dos restantes setores de atividade, revelando estarmos mesmo a assistir a uma substituição do trabalho assalariado pelo *freelance*, a exemplo do que parece suceder também na Suécia. Em países como a Grécia e a Hungria, o número de jornalistas *freelance* era já superior ao dos assalariados e, na Itália, atingia os 48 por cento da totalidade dos jornalistas, correspondendo a um crescimento de 90 por cento entre 1998 e 2002 (Nies e Pedersini, 2003).

Como referem Blumler e Gurevitch, a diminuição e precarização do emprego, bem como o aumento dos aspetos concorrenciais dentro dos próprios *media* são fatores considerados determinantes do enfraquecimento do estatuto e da autonomia dos jornalistas nos últimos anos, em particular nos domínios da informação política (Blumler e Gurevitch, 1991: 159-160).

Face a esta desqualificação dos jornalistas há já quem os equipare a operários em linha de montagem (Baptista, 2008; 36 a 39). O jornalista António Rego questiona-se mesmo se ainda existem jornalistas livres. No seu entender, não estamos perante uma mera pergunta retórica, mas uma inquietação que atinge muitos profissionais de comunicação que escrevem, dizem e filmam o que mandam os seus superiores e não aquilo que gostariam de revelar. E acrescenta:

«A fábrica em que trabalham, pública ou privada, tem regras, objetivos, métodos, que utiliza o jornalismo para um fim que não é o de informar, formar ou divertir. É um instrumento de poder, fatia de um grande queijo que funciona como artefacto de lucro ou aparelho de propaganda, que precisa de bons profissionais que tornem o produto apetecível, vendável ou politicamente persuasivo. Está em laboração contínua na corrida ao primeiro lugar, à liderança, ao domínio do mercado ou ao peso da influência, com capacidade de comunicação, resposta pronta, antecipação arrojada. É um campo de batalha a informar, a cultivar, a divertir» (REGO, 2008: 5).

3. Uma desregulação ética do trabalho

Este diagnóstico afeta profundamente as bases da ética do trabalho no jornalismo e a situação não nos parece muito diferente daquela efetuada por Sennett noutras áreas do trabalho face às mudanças provocadas pelo *novo capitalismo*.

Talvez devêssemos questionar se também ao nível de profissões ditas ordenadas como os médicos, os advogados, os arquitetos – para já não falar dos professores universitários –, não se farão já sentir muitos destes fatores de desprofissionalização e perda de autonomia. Essa discussão levar-nos-ia muito longe. Limitar-nos-emos a referir que, no caso do jornalismo, essa autonomia é posta em causa por outros fatores, resultantes do facto de estarmos a falar de uma profissão aberta e sem um campo de saber específico. No estudo que realizámos sobre a autorregulação dos jornalistas portugueses, entre 1974 e 2007, verificamos que os jornalistas poucas vezes assumiram de forma consistente a defesa dos seus valores profissionais, através de uma autorregulação vigorosa, representativa e credível (Camponez, 2010). Esta situação afigura-se-nos

particularmente grave, em particular porque compartilhamos da opinião do historiador francês Gilles Feyel segundo o qual, enquanto profissão aberta, e na ausência de um saber sistémico próprio, o único fundamento legitimador do jornalismo reside na ética (Prodhome, 2005: 62)¹¹². Se retomássemos as teses do professor Vital Moreira sobre estas matérias, diríamos que a autonomia dos jornalistas, em Portugal, exerce-se num quadro de uma autorregulação regulada pelo Estado. Através de um processo de concluído com a legislação publicada em 2007 e 2008, sobre o Estatuto do Jornalista e a Comissão da Carteira Profissional do Jornalista, assistimos desde os anos 90 a um processo de captura da autorregulação dos jornalistas pelo Estado, expressão última daquilo que consideramos ser a autorregulação frustrada dos jornalistas portugueses.

Conclusão

Ao focarmos os aspetos de ordem sistémica presentes no *novo capitalismo* e ao sublinharmos os efeitos que isso tem na profissão dos jornalistas, não pretendemos, pois, justificar o que vai mal na autorregulação dos jornalistas, nem tão-pouco mitigar a sua responsabilidade social. Pelo contrário. A ausência de uma autorregulação vigorosa do jornalismo é um sintoma de uma crise profunda da profissão pelo que não percebemos como podem os jornalistas exercerem a sua responsabilidade, sem assumirem a autorregulação como uma das componentes essenciais da sua auto-consciência. Como afirma Mário Mesquita, não sendo um profissional liberal, o jornalista possui uma área de autonomia pelo que não é legítimo que se demita de exercê-la ou que faça de conta que não a exerce (Mesquita, 2003: 87). E «(...) quando isso acontece – sustenta por seu lado Edwin Baker –, tanto perdem os jornalistas como o público que neles confia» (Baker, 2002: 281).

¹¹² Michel Mathien refere-se também à ética como o elemento motor do reconhecimento do estatuto dos jornalistas em França, nos anos 30 do século passado. A organização dos jornalistas numa estrutura como o Sindicato Nacional dos Jornalistas franceses parecia responder ao desiderato de uma autorregulação capaz de assegurar a independência de espírito e preservar a consciência moral dos profissionais, rejeitando aqueles que eram considerados «indignos» da profissão (Mathien, 1995: 72).

Neste sentido, à crise suscitada pelas lógicas sistêmicas do *novo capitalismo* junta-se a crise dos valores profissionais, enquanto um espaço de valores e de recriação do jornalismo. Sem pensamento crítico, sem regresso, sem capacidade de se pensar não há causa que valha a pena e o jornalismo enfrenta a mais séria ameaça de subtração do seu próprio futuro.

Com efeito, estamos em crer, pelo fenómeno de convergência e concentração que assistimos nos *media* em todo o mundo, que o *novo capitalismo*, e o *capitalismo intangível* tornarão o jornalismo mais lucrativo, mas o desafio que se nos coloca é saber se com isso a democracia ficará mais rica.

BIBLIOGRAFIA

- BAKER, C. Edwin (2002), *Media, Markets and Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BAPTISTA, Carla (2008), «O jornalismo faz mal à saúde», *Jornalismo e Jornalistas*, n.º 34, Abril/Junho.
- BLUMLER, Jay G., e GUREVITCH, Michael (1991), «Rethinking the study of political communication», in CURRAN, James e GUREVITCH, Michael (orgs.), *Mass Media and Society*, Londres, Edward Arnold.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (2001), «Trabajo intelectual, comunicación y capitalismo – La reconfiguración del factor subjetivo en la actual reestructuración productiva», in FERNÁNDEZ, Fenando Queirós, e CABALLERO, Francisco Sierra (dirs.), *Comunicación, Glogalización y Democracia – Crítica de la economía política de la comunicación y la cultura*, Sevilla, Comunicación Social.
- CAMPONEZ, Carlos (2010), *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo – A auto-regulação fristrada dos jornalistas portugueses (1974-2007)*, Coimbra, Almedina.
- CORREIA, Fernando (2006), *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*, Lisboa, Caminho.
- CHARRON, Jean, e BONVILLE, Jean (2004), «Le Journalisme et le marché: de la concurrence à l'hiperconcorrence», in BRIN, Colette, CHARRON, Jean, e BONVILLE, Jean, *Nature et Transformation du Journalisme – Théorie et recherches empiriques*, s.l., Les Presses Universitaires de Laval.
- FIDALGO, Joaquim (2008), «Os novos desafios a um velho ofício ou... um novo ofício? – A redefinição da profissão de jornalista», in PINTO, Manuel, e MARINHO, Sandra, *Os Media em Portugal nos Primeiros Cinco Anos do Século XXI*, Porto, Campo das Letras.
- GARCIA, José Luís (2009) (org.), *Os Jornalistas Portugueses – Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do séc. XXI*, Lisboa, ICS.
- GARCIA, José Luís e CASTRO, José (1994), «Recomposição social e estratégias profissionais», in *Jornalista Português O Que É? – Inquérito e perfil sócio-profissional*, s.l., Sindicato dos Jornalistas.
- GARCIA, José Luís (1994) «Principais Tendências de Evolução do Universo dos Jornalistas Portugueses», *Vértice*, Maio-Junho, n.º 60, 2ª Série.
- GARNHAM, Nicholas (2000), «La théorie de la société de l'information en tant qu'idéologie», *Réseaux*, n.º 101.
- GILLMOR, Dan (2005), *Nós os Media*, Lisboa, Presença.
- GORZ, André (2003), *L'Immatériel – Connaissance, valeur et capital*, Paris, Galilée.
- HAMMER, Michel, e CHAMPY, James (s.d.), *A Reengenharía da Empresa – Em função dos clientes, da concorrência e das grandes mudanças da gerência*, Lisboa, Dinalivro.
- KUMAR, Krishan (1997), *Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna – Novas teorias sobre o mundo contemporâneo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

- MATHIEN, Michel (1977), *Les Journalistes*, Paris, Presses Universitaires de France, 1995.
- ALBERTOS Martínez, José Luíz (1997), *El Ocaso del Periodismo*, Barcelona, CIMS.
- NIES, Gerd, e PEDERSINI, Roberto (2003), *Les Journalistes Free-Lances dans l'Industrie Médiaque Européenne*, FEJ/Commission Européenne, Outubro.
- MEIRELES, Sara (2005), «As mutações do jornalismo profissional no novo ambiente dos *mass media*», in AAVV, *Livro de Actas – IV.º SOPCOM*, in URL: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/graca-sara-mutacoes-jornalismo-profissional-novo-ambiente-mass-media.pdf>, (consultado em 30/08/2011).
- MEIRELES, Sara (2007), *Os Jornalistas Portugueses – Dos problemas aos novos dilemas profissionais*, Coimbra, MinervaCoimbra.
- MESQUITA, Mário (1998), *Jornalismo em Análise – A coluna do provedor dos leitores*, Coimbra, Minerva.
- MESQUITA, Mário (2003), *O Quarto Equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea*, Coimbra, MinervaCoimbra.
- MONTALBAN, Manuel Vázquez (2008), *Informe Sobre la Información*, Barcelona, Valentín Roma.
- PRODHOME, Magali (2005), *La Place du Discours sur l'Éthique dans la Construction de l'Espace et de l'Identité Professionnels des Journalistes*, Clermont-Ferrand, Presses Universitaires de la Faculté de Droit de Clermont-Ferrand.
- REGO, António (2008), «Haverá jornalistas livres», *Agência Ecclesia* («Igreja e Media – Em busca de novas sintonias»), n.º 1145, 29 de Abril.
- RIFKIN, Jeremy (1996), *El Fin del Trabajo – Nuevas tecnologías contra puestos de trabajo: el nacimiento de una nueva era*, Barcelona, Buenos Aires, México, Paidós.
- RIFKIN, Jeremy (2002), *La Era del Acceso – La revolución de la nueva economía*, Barcelona, Buenos Aires, México, Paidós.
- SENNETT, Richard (2000), *La Corrosión del Carácter – Las consecuencias personales del trabajo en el nuevo capitalismo*, Barcelona, Editorial Anagrama.
- SENNETT, Richard (2006), *La Cultura del Nuevo Capitalismo*, Barcelona, Editorial Anagrama.
- SENNETT, Richard (2003), *Respect – De la dignité de l'homme dans un monde d'inégalité*, s.l., Hachette Littératures.
- SILVA, Pedro Alcântara da, «Jornalistas portugueses: elementos sociográficos», in URL: http://bocc.ubi.pt/pag/silva-pedro-alcantara-jornalistas-portugueses.html#_ftn1 (consultado em 20/12/2008).
- SINDICATO DOS JORNALISTAS, «Por Uma Agenda dos Poderes Públicos para os Media – Contributo do Sindicato dos Jornalistas», 5 de Setembro, 2003, in URL: <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=1352&idselect=377&idCanal=377&p=0> (consultado em 30/08/2011).
- SINDICATO DOS JORNALISTAS (2011), «Desemprego volta a penalizar em 2010 – Grupos “concentram” 78% dos jornalistas despedidos», s.l., *Informação Sindical*, n.º 1, 20 de Janeiro.

WEAVER, David H., BEAM, Randal A., BROWNLEE, Bonnie J., VOAKES, Paul S., e WILHOIT, Cleveland (2007), *The American Journalist in the 21st Century – U.S. News people at the dawn of new millennium*, Nova Jérsea e Londres, Lawrence Erlbaum Associates.

ZALLO, Ramón (1988), *Economía de la Comunicación y la Cultura*, Madrid, Akal.

ZALLO, Ramón (2002), *El Mercado de la Cultura – Estructura económica y política de la comunicación*, Donostia, Gakoa Liburuak.